



PROJETO FERRO CARAJÁS S11D

PLANO BÁSICO AMBIENTAL

PROGRAMA DE SAÚDE E SEGURANÇA

SUBPROGRAMA DE SAÚDE COMUNITÁRIA

PROJETO DE EDUCAÇÃO SEXUAL E PROMOÇÃO DA SAÚDE - PESS

RELATÓRIO ANUAL 2014

Canaã dos Carajás/Pará

31/03/2015

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	1
2	INTRODUÇÃO	1
3	OBJETIVOS	2
4	INDICADORES AMBIENTAIS	3
5	INTER-RELACIONAMENTO COM OUTROS PROGRAMAS	3
6	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS.....	3
7	ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS	4
8	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	4
8.1	METODOLOGIA.....	4
8.2	ATIVIDADES	7
9	RESULTADOS E DISCUSSÕES	8
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10
11	EQUIPE TÉCNICA	11
12	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	11
	ANEXOS.....	3
	ANEXO 1 - ARTICULACAO DE ALIANCAS - PÚBLICO EXTERNO.....	4
	ANEXO 2 - 1ª PALESTRA - PÚBLICO EXTERNO.....	5
	ANEXO 3 - 2ª PALESTRA - PÚBLICO EXTERNO.....	6
	ANEXO 4 - DIAGNOSTICO PARTCIPATIVO - PÚBLICO EXTERNO	7
	ANEXO 5 - RETOMADA DOS TRABALHOS DE MOBILIZAÇÃO- PUBLICO EXTERNO.....	8
	ANEXO 6 - DIAGNOSTICO PARTCIPATIVO - PÚBLICO INTERNO.....	9
	ANEXO 7 - DIAGNOSTICO PARTCIPATIVO - PÚBLICO INTERNO - DEVOLUTIVA	10
	ANEXO 8 - PLANO DE TRABALHO	11

1 APRESENTAÇÃO

O Projeto de Educação Sexual e Promoção da Saúde (PESS) constitui uma importante intervenção com foco na prevenção e mitigação dos problemas relacionados a abuso e exploração sexual, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis dentre outros identificados e que potencialmente podem ser agravados no contexto dos grandes empreendimentos.

A partir do fomento ao desenvolvimento de ações de educação sexual, a atuação do PESS contribui diretamente para ampliar o acesso às informações relevantes e formar multiplicadores locais (jovens e adultos) com capacidade de contribuir para a garantia dos direitos sexuais e humanos de crianças e adolescentes.

2 INTRODUÇÃO

Grande parte da população brasileira, incluindo-se os moradores de Canaã dos Carajás, está exposta a três graves problemas de saúde pública: a gravidez precoce, a violência sexual e as doenças sexualmente transmissíveis.

Apesar de terem origem em múltiplas causas, tais problemas guardam relação direta com a educação sexual de meninos e meninas. Ademais, são questões que tendem a ser agravadas em territórios nos quais as comunidades vivenciam vulnerabilidades de ordem social, política e econômica e não têm garantidos seus direitos fundamentais, como educação, esporte, cultura e profissionalização.

A gravidez não planejada tem sido um tema desafiador nos debates sobre a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. Trata-se de um fenômeno que, geralmente, vem associado a fatores sociais, econômicos, pessoais e familiares e tem sido considerado um elemento desestruturador da vida de meninos e meninas. A maioria dos casos está relacionada à vulnerabilidade social, assim como à falta de informação e ao baixo índice de acesso aos serviços de saúde.

A gravidez na adolescência pode prejudicar e comprometer o processo de desenvolvimento da sexualidade de forma segura, saudável e protegida, provocar evasão escolar, que acaba por impactar outras fases da vida, assim como comprometer o investimento na formação profissional e o acesso ao mercado de trabalho, que ficam ainda mais restritos.

Outro problema que chama atenção é o abuso e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Sabemos que a violência sexual é também um fenômeno multidimensional e de raízes étnico raciais, culturais, de gênero, políticas e econômicas. Entretanto, nos últimos anos, o combate à violação desses direitos infanto-juvenis vem ganhando força na agenda do país.

No Brasil, essa é uma agenda que já conta com mobilização nacional, reforçada pela atuação e articulação dos diferentes setores: atores governamentais, da sociedade civil, empresariais e organismos internacionais.

O Projeto Ferro Carajás S11D tem atraído grande número de migrantes para a região, em especial para Canã dos Carajás, na busca de oportunidades de trabalho e possibilidade de aumento de qualidade de vida. Como descrito em Golder (2010), os trabalhadores provenientes de outros municípios são predominantemente homens, jovens e solteiros, tendendo à prática de sexo inseguro, especialmente nos momentos de lazer e de folga, quando desfrutam de maior possibilidade de interação social com os moradores locais. Como consequência possível tem-se o aumento do número de gravidezes, em especial na adolescência, estatística já elevada na área, e de doenças sexualmente transmissíveis, problema frequente em empreendimentos que mobilizam grande número de trabalhadores, como tem demonstrado os serviços de vigilância em saúde no país (Golder, 2010).

Por outro lado, a falta de acesso à informação e educação sexual são elementos que intensificam o número de ocorrências de gravidezes não planejadas e de doenças sexualmente transmissíveis. Em Canã dos Carajás, a deficiência existente no acesso à educação regular e o percentual significativo de adolescentes e jovens sem instrução ou com baixo nível de escolaridades são indicadores que mostram a necessidade de se adotar projetos que mobilizem a população em torno do tema de educação sexual. Segundo dados do IBGE de 2010, 20,96% da população residente entre 15 e 19 anos não frequentavam escola de nível fundamental, médio ou superior.

3 OBJETIVOS

Promover a articulação, mobilização e formação de jovens e lideranças comunitárias de Canã dos Carajás, visando contribuir para a diminuição da vulnerabilidade da criança e do adolescente com relação às questões do abuso e da exploração sexual, da gravidez precoce e da infecção pela AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Como objetivos específicos, tem-se:

- Articular e mobilizar atores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), lideranças comunitárias e grupos juvenis para o fortalecimento da política de educação sexual, promoção da saúde e prevenção das DST/AIDS no município de Canã dos Carajás;
- Desenvolver ações educativas comunitárias e produtos educativos de comunicação com foco em temas relacionados à educação sexual, promoção da saúde e de prevenção das DST/AIDS com a participação de jovens da Canã dos Carajás garantindo-lhes o direito de expressão e opinião;
- Contribuir para a formação de multiplicadores jovens e lideranças comunitárias tendo como foco a participação juvenil, a promoção dos direitos sexuais, iniciativas de educação sexual e de prevenção das DST/AIDS;

- Documentar em vídeo o processo de formação, mobilização e ação dos jovens e lideranças comunitárias para veiculação em espaços públicos dos municípios.

4 INDICADORES AMBIENTAIS

Para acompanhamento dos resultados do projeto, tem-se como principais indicadores:

- Número de participantes do projeto e de desistências (palestra, curso e oficinas);
- Número de notificações de DST/AIDS no município;
- Notificações de gravidez em adolescentes;
- Casos notificados de violência sexual no município, antes e depois do início do programa.

5 INTER-RELACIONAMENTO COM OUTROS PROGRAMAS

Este Projeto se relaciona, em especial, aos outros projetos previstos no Programa de Saúde e Segurança e a programas contidos neste PBA que tem como foco central de atuação a saúde e bem estar da população, cita-se: o Programa de Atendimento e Proteção Social ao Migrante, que tem como público-alvo também os indivíduos e as famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras; o Programa de Apoio à Gestão Pública que apoia o poder público nos aspectos de infraestrutura, equipamentos e serviços. Deve ser ainda destacada sua articulação ao Programa de Comunicação Social e de Informações Socioambientais, bem como com o Programa de Educação Ambiental, já que ambos têm evidentes interfaces de público e também de afinidades na mitigação dos impactos socioambientais do Projeto Ferro Carajás S11D.

6 INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

O Projeto é de responsabilidade da Vale, sendo necessária, para sua viabilidade, a elaboração de trabalho conjunto com o poder público de Canaã dos Carajás, em especial com a Secretária de Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Saúde.

7 ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS

O presente Projeto tem como referência os marcos legais que norteiam as ações de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros), bem como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil.

8 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

8.1 METODOLOGIA

O desenvolvimento do Projeto de Educação Sexual e Promoção da Saúde (PESS) busca alcançar resultados que decorrem de mudanças promovidas por processos educacionais e de mobilização de jovens e lideranças do município e de empregados Vale e Contratadas. Na expectativa de que tais resultados sejam alcançados e assim atenda aos objetivos propostos, adotou-se a seguinte metodologia:

Público Externo (lideranças comunitárias, jovens, atores do Sistema de Garantia de Direitos – SGD e representantes de escolas)

1. **Articulação de Alianças** - A primeira etapa de desenvolvimento do PESS buscou ações de articulação com lideranças e organizações comunitárias, bem como com atores locais do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), prioritariamente os atuantes nos temas abordados pelo projeto.

O diálogo com a comunidade aconteceu inicialmente por meio de visitas de campo e reuniões de articulação de forma alinhada com a equipe de relacionamento com as comunidades da Vale. Com base no contato sistemático com os parceiros locais, foi possível avaliar as ações do projeto.

Da mesma forma, as alianças locais e regionais foram importantes para que as atividades de formação, palestras e minicursos voltados para lideranças comunitárias e jovens sejam baseadas em reais demandas apontadas pelas comunidades.

- **Palestras de mobilização sobre "Educação Sexual, Promoção da Saúde e Participação da Comunidade"** – Oficialmente foi apresentado o Projeto aos participantes (lideranças, jovens, representantes de escolas, organizações do SGD - Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente) atentando para a importância do tema e da coleta de sugestões ao Programa. Após a

apresentação de conceitos e práticas referentes à saúde e participação social, foi construída a proposta inicial do plano de trabalho a ser desenvolvido na comunidade, envolvendo adultos e jovens. A partir da interação com o grupo, traçou-se um breve mapeamento dos movimentos já realizados em relação à educação sexual e à promoção da saúde em Canaã dos Carajás. Foram discutidos os caminhos para participação das lideranças e jovens na prevenção da gravidez na adolescência, DST/AIDS e violência sexual contra crianças e adolescentes.

2. **Diagnóstico Rápido Participativo** – Foi elaborado um DRP junto às instituições que atuam na área da infância e do adolescente no município, tendo sido criado um panorama sobre o contexto da infância e da adolescência e dos serviços referentes aos direitos sociais e a violência sexual.

Vale destacar que as atividades acima descritas foram realizadas no período de agosto a novembro de 2013. Oportunidade em que foram iniciadas as primeiras atividades do Projeto de Educação Sexual e Promoção da Saúde – PESS. Ocorre que ao longo do desenvolvimento dessas atividades a equipe técnica responsável pela condução dos trabalhos sofreu sérias “ameaças” por ocasião da coleta de informações que subsidiariam o Diagnóstico. Desse modo as atividades do PESS foram interrompidas, tendo sido retomadas em agosto de 2014, após a adoção de algumas medidas que reestabelecessem a segurança das atividades.

Retomada dos Trabalhos - O processo de retomada de discussão do Programa voltada ao público externo foi iniciado em dezembro de 2014, quando da remobilização dos atores do SGD, lideranças comunitárias, jovens e adolescentes tendo sido fundamental reconsiderar o mapeamento dos movimentos realizados em relação à educação sexual e à promoção da saúde em Canaã dos Carajás. Assim como analisados e validados os caminhos para participação das lideranças e jovens na prevenção da gravidez na adolescência, DST/AIDS e violência sexual contra crianças e adolescentes.

Minicursos

Serão desenvolvidos (2015) por módulos, sendo que a primeira parte de cada módulo compreende momentos de exposição e debate de conteúdo com participação de lideranças comunitárias e jovens. O segundo momento será guiado por metodologias de educomunicação, a partir das quais se pretendem envolver os jovens em processos de produção de fotografias, fanzines e vídeos sobre os temas do projeto. Ao final, os jovens poderão construir e implementar um Plano de Comunicação e Mobilização Comunitária, para ações de curto e médio prazo - com envolvimento das lideranças comunitárias (adultos) e parceiros locais. Os líderes comunitários aqui reunidos podem ser os mesmos do grupo a ser mobilizado para o programa de educação ambiental, inclusive com a finalidade de promover a inter-relação deste programa com o de educação ambiental.

- Módulo I: Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil
- Módulo II: Direitos Sexuais e Prevenção à Gravidez na Adolescência
- Módulo III: Promoção da Saúde e Prevenção à DST/AIDS
- Módulo IV: Prevenção à Violência Sexual
- Módulo V: Participação Social
- Módulo VI: Sensibilização sobre procedimentos de atendimento a crianças e jovens vítimas de abuso e exploração sexual

Público Interno (Empregados Vale e Contratadas)

Na perspectiva de que os resultados sejam alcançados e desta forma atenda aos objetivos propostos, a metodologia está sendo desenvolvida seguindo as ações descritas a seguir:

Diagnóstico de Percepção

Foram realizadas entrevistas, a partir da utilização de questionários, com grupos focais representados por trabalhadores Vale e contratadas. Estes foram sistematizados e apresentados os resultados, onde foram identificadas as situações mais críticas e menos críticas no contexto da sexualidade.

Comissão Interna

Será formada comissão interna, composta por trabalhadores Vale e contratadas, com representações de diferentes áreas operacionais e níveis de gestão a fim de acompanharem e avaliarem as ações de educação sexual dentro do empreendimento S11D.;

Alinhamento Conceitual

Será promovido junto à comissão interna, anteriormente formada, um processo de alinhamento conceitual, preparando esse grupo para se tornarem multiplicadores do tema. Esse alinhamento ocorrerá ao longo de todo o processo, por meio de momentos reflexivos durante os encontros. Além do tema educação sexual propriamente, também serão abordados aspectos relativos ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente para que esse grupo possa compreender o papel de cada ator dessa rede (educação, saúde, assistência, conselho tutelar) na atuação frente ao tema.

Plano de Ação

Será mediado junto à comissão interna à elaboração de um plano de trabalho que contemple atividades específicas pontuais e continuadas e a otimização de espaços de diálogos já existentes, Além disso, o documento deverá orientar também a atuação do empreendimento em relação à comunidade, podendo prever momentos de convergência entre as ações com o público interno e externo. Essa articulação é fundamental para que a empresa também possa identificar e contar com referências no próprio município/região para atuação no tocante ao tema da educação sexual e do enfrentamento à violência sexual.

Desdobramentos

Apoiar os desdobramentos de algumas das ações planejadas, especialmente no que se refere às palestras e debates, oportunidade em que serão priorizadas.

Avaliação

Ao final do processo será realizado um novo momento de escuta dos trabalhadores, de forma a permitir o contrato das percepções ao início e ao final das atividades. Essa avaliação também visa avaliar o efetivo alcance das atividades informativas.

8.2 ATIVIDADES

QUADRO 01 – Ações realizadas

Público	Atividade	Período	Objetivo
Externo	Articulação de Alianças	Agosto a novembro 2013	Realizar reuniões junto aos atores estratégicos do município a fim de apresentar o PESS e alinhar as expectativas em torno das ações.
	Diagnóstico Participativo		Criar um panorama sobre o contexto da infância e da adolescência e dos serviços no que se refere aos direitos sexuais e à violência sexual
	Palestras de Sensibilização (02)	Setembro e outubro 2013	Apresentar oficialmente o projeto ao município, sensibilizar os presentes para a importância do tema e coleta de sugestões.

Público	Atividade	Período	Objetivo
	Retomada dos Trabalhos de mobilização e sensibilização realizados em 2013	Dezembro 2014	Retomar o processo de discussão e encaminhamentos realizados junto aos jovens, lideranças comunitárias e atores do SGD
Interno	Diagnóstico de Percepção	Setembro a Dezembro 2015	Identificar a visão detalhada da percepção dos trabalhadores que atuam no Projeto S11D em relação ao tema Educação e Vulnerabilidade sexual permitindo identificar as situações mais e menos críticas no contexto da sexualidade.
	Devolutiva do Diagnóstico	Fevereiro 2015	Submeter a apreciação dos entrevistados o Diagnóstico para validação do mesmo.

9 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados a partir do Diagnóstico de Percepção e do Grupo Focal, voltados para o público interno servirão de subsídios para organizar a capacitação da Comissão Interna de Educação Sexual e Promoção à Saúde que será estruturada a partir da devolutiva deste Diagnóstico bem como para a concepção do Plano de Ação que será implantado visando o desenvolvimento de ações de educação sexual e a promoção à saúde junto ao público interno. Os pontos principais observados neste processo indicam que a atuação formativa junto ao público interno do empreendimento impactará diretamente em ações estratégicas de alcance na comunidade.

Vários foram os assuntos indicados pelos entrevistados para incorporar a discussão com o público interno, tanto na forma como nos temas em si, a maioria indica a necessidade de mobilização e sensibilização sobre o tema, devendo ocorrer a partir da realização de oficinas temáticas e participativas eventualmente ampliando o debate para o fórum comunitário considerando também apresentações teatrais. Realização de DSS, campanhas internas, afixação de cartazes e banners de sensibilização e ampliar a temática da discussão incluindo informações sobre pedofilia e promiscuidade e abordagens intensas para minimizar e/ ou erradicar o tabu em torno da temática apresentada. Foi indicada a importância do envolvimento do CRAS e de esclarecimentos

jurídicos sobre o tema. Indicam também a importância de apresentar à comunidade as iniciativas realizadas no âmbito do Projeto S11D.

O tema sexualidade em si é um Tabu, mas pode e deve ser trabalhado junto ao público interno dentro da empresa considerando seu poder de alcance. Em algumas situações pode ser a única fonte de informação “fiável” recebida por alguns colaboradores. Merece especial atenção quanto ao seu entendimento conceitual e temas relacionados. Importância do papel da Empresa na sensibilização, esclarecimentos, formação e mobilização para temas de interesses que transcende seus muros impactando diretamente na relação do público interno com a comunidade. O fato de a família ser considerada a principal fonte de informação para o tema, e que muitos homens não receberam informações sobre o tema sexualidade quando jovem só reforça a necessidade e o papel da empresa como disseminador de informações.

Temas como contraceptivos devem ser incluídos e reforçados, seja para ampliar o leque de conhecimento das alternativas existentes como para reforçar sua utilidade e importância não somente para prevenção da gravidez, mas principalmente para evitar DST's e AIDS. Os temas deverão ser abordados de maneira mais técnica e às vezes formal, no entanto metodologias participativas devem ser consideradas para apoiar a apreensão de conteúdos e principalmente possibilitar o repasse de informações. Especificamente sobre Violência Sexual a temática que deverá ser reforçada deve estar centrada em orientações para providências e orientações de encaminhamentos da vítima e sobre legislação e normativas existentes para o acusado. Maximizar o papel da Comissão considerando pequenos fóruns de discussão sem distinção de gênero. Envolver atores municipais nas atividades internas, como forma de apresentar a realidade local aos trabalhadores seja em relação a dados sobre violência como sobre atuação e iniciativas para minimizar os casos (com ênfase nas educativas e de saúde como nas coercitivas/punitivas). Intensificar campanhas internas sobre o tema com foco em ações educativas e de comunicação.

A retomada das ações realizadas em 2013 iniciou no dia 09 de dezembro de 2014, um guia estruturado de perguntas foi utilizado para conduzir a conversa e absorver informações em relação à Política de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescente considerando: o contexto atual, os principais avanços e os principais desafios identificados no último ano. Todos foram unânimes em manifestar contentamento com a retomada do Projeto de Educação Sexual e Promoção da Saúde - PESS e ressaltam a importância da VALE neste processo, entendendo que a parceria estabelecida é importante e que a VALE pode apoiar com a realização das capacitações previstas considerando principalmente o especial cuidado com a capacidade técnica dos profissionais envolvidos. Apontam que foi desmotivador a descontinuidade do PESS e não acreditavam numa retomada, mas indicam a necessidade de ampliação das ações, seja em número de atividades como em seu alcance, incluindo atores que não participaram da etapa anterior do processo.

Durante as entrevistas de retomada foi identificado que no último ano (2014), houve aumento significativo do número de denúncias e, conseqüentemente, aumento no

registro de casos, em função da Campanha de 18 Maio, realizada em parceria com a VALE, com o Judiciário e outros setores da área pública.

Os entrevistados colocaram, ainda, que é imprescindível a mudança de comportamento cultural, a realização de trabalho contínuo com jovens, o aumento de campanhas educativas e informativas, rondas policiais, intervir na negligência famílias, maior empenho na efetivação do julgamento dos casos identificados, a instalação da Vara da infância e da Juventude no Município; melhorar as estruturas físicas para atendimento às vítimas e contar com profissionais capacitados para dar apoio as vítimas. Tais colocações serão consideradas pela equipe técnica de condução dos trabalhos quando da incorporação dessas abordagens nos cursos e minicursos a serem realizados a partir de abril.

Os Anexos 1 a 8 mostram as evidências de realização das atividades.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto busca provocar a reflexão dos participantes e a revisão do papel da família, do estado e da sociedade na defesa e garantia dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes em Canaã dos Carajás/PA, de forma saudável, segura e protegida. A intenção é de que esse trabalho possa provocar nos jovens, lideranças e atores do SGD envolvidos com os processos de sensibilização e formação, o interesse pela educação sexual a partir da compreensão do seu papel na sociedade diante da violação de direitos de crianças e adolescentes.

A. iniciativa de avaliar e discutir as principais formas de participação na gestão pública municipal, assim como os mecanismos de participação na vida comunitária são de fundamental importância para proporcionar mudança de comportamento. É essencial o entendimento do grupo a respeito da participação nos processos de mudança da realidade social e o compromisso que a comunidade precisa assumir no planejamento e na execução de ações de prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, da gravidez na adolescência e das DST/AIDS.

A proposta é que os jovens elaborem um plano de comunicação e mobilização, juntamente com representantes da comunidade e do SGD, com vistas à manutenção do processo de participação e compromisso social.

Vale ressaltar que além da abordagem da violação dos direitos das crianças e adolescentes mediante o abuso e/ou a exploração sexual, é imprescindível que os empregados Vale e Contratadas inteiram-se da legislação que rege sobre o assunto e das penalidades cabíveis aos possíveis “agressores” sofrerão caso cometam qualquer ato de violência sexual contra menores de idade.

11 EQUIPE TÉCNICA

Tabela 01 - Equipe técnica responsável

Nome	Formação
Francisca Nívia Costa de Vasconcelos Rodrigues	Engenheira Agrônoma/Analista de responsabilidade Social/Vale Registro no Conselho de Classe – CREA: 6.051 – D / PB

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- VALE, Plano Básico Ambiental - Programa de Saúde Comunitária: Projeto de Educação Sexual e Promoção da Saúde – PESS, 2012.
- GOLDER ASSOCIATES BRASIL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA / Vale S.A.. 2010. Estudos de Impacto Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D, Canaã dos Carajás, PA.
- Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Caderno Temático: *Direitos Sexuais são Direitos Humanos*. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil* : Uma Política em Movimento Brasília: 2007.

ANEXOS

ANEXO 1 - ARTICULACAO DE ALIANCAS - PÚBLICO EXTERNO

ANEXO 2 - 1ª PALESTRA - PÚBLICO EXTERNO

ANEXO 3 - 2ª PALESTRA - PÚBLICO EXTERNO

ANEXO 4 - DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO - PÚBLICO EXTERNO

**ANEXO 5 - RETOMADA DOS TRABALHOS DE MOBILIZAÇÃO-
PUBLICO EXTERNO**

ANEXO 6 - DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO - PÚBLICO INTERNO

**ANEXO 7 - DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO - PÚBLICO INTERNO -
DEVOLUTIVA**

ANEXO 8 - PLANO DE TRABALHO